



01/2019

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal da Nazaré, a sessão extraordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José António Ramalhal Lopes e secretariada por Valter José Lameiro Soares e Maria Celeste Ferreira Cardador.-----

Além dos membros da mesa, compareceram a esta sessão os Senhores José Alexandre Serra Sales, Ricardo António Mafra Germano Esgaio, Milton Hugo Mafra Estrelinha, Daniel Vieira Meco, João Pedro Azevedo Pessa, António Lopes Ferreira dos Santos, Anabela Delgado Zarro Balau, Nelson José Nunes de Almeida, Pedro Miguel Pinto Marques - eleitos pelo Partido Socialista; Joaquim Ascensão Pequicho, Maria de Fátima Soares Lourenço Duarte, Abílio José Januário Marques, Edmundo José Couto Barbosa, António Pereira Nunes, Belmiro José Eusébio da Fonte - eleitos pelo Partido Social Democrata; João Paulo Quinzico Delgado e Vasco Frederico Pires de Sousa - eleitos pela Coligação Democrática Unitária; Telma de Jesus Laborinho Ferreira – eleita pelo Bloco de Esquerda; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga e Rui Manuel Amaro Marques, Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, de Nazaré e Valado dos Frades, respetivamente.-----

Solicitaram a substituição os Senhores Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro, do Bloco de Esquerda e António de Sousa Pimenta, do Partido Socialista.-----

Solicitaram a suspensão, os Senhores Carlos Filipe Mafra de Sousa – dez dias; Sílvia Alexandra Rato Fonseca Gomes – um dia; Maria da Ascensão Quinzico Codinha - oito dias, Luísa Maria Ricardo Alves – 15 dias, todos do Partido Socialista.-----

Estiveram igualmente presentes, o Senhor Presidente da Câmara, Walter Manuel Cavaleiro Chicharro e Senhores Vereadores Manuel António Águeda Sequeira, Alberto Madail da Silva

Belo, Regina Margarida Amada Piedade Matos, Orlando Jorge Eustáquio Rodrigues, António Gordinho Trindade e Salvados Portugal Formiga.-----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos:-----

ORDEM DO DIA

1. ATA DA SESSÃO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 – (apreciação e votação)

Deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na sessão.-----

2. LEI-QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO DOMÍNIO DAS PRAIAS MARÍTIMAS, FLUVIAIS E LACUSTRES – (apreciação e votação)

O Senhor Presidente da Assembleia informou o Órgão de que em reunião da Comissão Permanente, entretanto realizada, ficou decidido que os pontos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 seriam discutidos num único grupo, sendo votados separadamente.-----

A Senhora Telma Ferreira disse não ser contra a descentralização, mas no entanto este processo não está ser feito da melhor maneira. As verbas apenas irão ser conhecidas em abril próximo e a autarquia da Nazaré tem que gerir uma dívida muito alta, pensando ser precipitada esta pretensão de descentralização, já tendo sido aceites quatro processos de descentralização no âmbito das praias, do apoio aos bombeiros, gestão de património imobiliário público sem utilização e no estacionamento público, indo votar contra, considerando-as perigosas, podendo causar desigualdades e diferenciação nos orçamentos e quanto mais tarde se puder adiar estas transferências, melhor.-----

O Senhor Abilio Marques disse que estas transferências de competências deverão ser efetivas até ao ano de 2021. Após esta data, todas passarão para as autarquias e questiona o Executivo sobre a não existência de justificações para a aceitação ou a não aceitação das transferências e referiu-se ao artigo 4.º desta Lei 50/2018 para questionar sobre a data de entrada em vigor destas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

FL 91

transferências.-----

O Senhor José Sales disse concordar com estras transferências, relativamente às praias, aos bombeiros voluntários, do património imobiliário público sem utilização e do estacionamento público. Mais disse existirem diplomas que não são genéricos e daí compreende a sua não-aceitação.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que não estão em causa os diplomas respeitantes à educação e saúde. Há muitas opiniões diferenciadas sobre a regionalização, mas este assunto é um primeiro passo para essa regionalização. Teremos que assumir no ano de 2021 todas as competências e referindo-se à questão das praias, na Nazaré já se faz tudo, excetuando a vinda das verbas. Sobre a questão do estacionamento, poderá ser aceite esta transferência, pois temos a Nazaré Qualifica já a tratar deste assunto, sendo uma empresa certificada para o efeito. -----

A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, solicitada a intervir, informou que cada um dos diplomas setoriais diz que o Decreto-Lei produz efeitos a partir do dia 1 de janeiro e a entrada em vigor do diploma é de cinco dias após a sua publicação. Esta documentação, vinda da DGAL foi distribuída a todos os membros.-----

O Senhor João Delgado disse que já em setembro de 2018 tinha alertado nesta Assembleia sobre falta de esclarecimentos que todos tinham, existindo uma nebulosa existindo uma desresponsabilização do Governo sobre estas matérias, indo colocar as autarquias numa pior situação. Lembrou que o Partido Comunista Português é desde há décadas o percursor da regionalização, havendo autarquias de grande dimensão, como a do Porto, que recusaram estas transferências, pois são efetuadas sem contrapartidas capazes para os municípios, para as poder receber, podendo abrir caminho para as privatizações em determinadas áreas, indo a Coligação Democrática Unitária recusar todas estas transferências.-----

O Senhor Joaquim Pequicho disse que este processo não é claro e que cria dúvidas na sua

aplicabilidade, existindo incertezas quanto ao seu financiamento, criando constrangimentos processuais, devendo existir uma reflexão profunda, face à dimensão pública e estruturas da economia social, não sendo iguais todos os territórios e concelhos.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que o Executivo da Nazaré não irá aceitar competências que resultem num maior esforço para os Municípios da Nazaré e lembrou a criação de um Fundo de Descentralização, estando já previsto em orçamento, para eventuais compensações.-----

A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira informou sobre as competências relativamente às praias que continuarão na alçada da autoridade marítima nacional, conforme expresso no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei 97/2018.-----

O Senhor João Delgado lembrou sobre o ruído visual existente na praia da Nazaré, devendo existir um plano bem gizado para a praia, podendo existir mais encargos para a autarquia, existindo uma grande nebulosa sobre este processo e referiu-se a algumas estruturas quase imóveis instaladas, que são altamente agressivas quanto à beleza natural da Nazaré.-----

O Senhor José Sales, quanto disse que sobre as competências que já foram aceites, pretende se a obtenção do correspondente apoio financeiro do Governo, -----

A Senhora Telma Ferreira lembrou as verbas a transferir para os bombeiros voluntários, desconhecendo-se o seu teor.-----

O Senhor Milton Estrelinha pretendendo esclarecer a Senhora Telma Ferreira sobre a questão dos bombeiros voluntários, informou que 50% do valor para pagamento da equipa de intervenção permanente dos bombeiros, vem do Município e os restantes 50% vem da autoridade nacional de proteção civil. O valor que os bombeiros recebem da autoridade nacional deixa de vir diretamente para os bombeiros e passará a vir para a Câmara, não existindo aumento de encargos financeiros e o que passará a existir será que a totalidade do valor virá para a Câmara, que pagará o valor na totalidade, aos bombeiros.-----

Quanto às despesas que ocorrem com a praia, estas têm sido do encargo da Câmara Municipal e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

FL. 32

admira-se com o levantamento destes problemas, lembrando os problemas levantados pela Coligação Democrática Unitária, quando o anterior executivo entregou um veículo à Associação dos Bombeiros Voluntários da Nazaré.-----

O Senhor João Delgado lembrou a atuação da Coligação Democrática Unitária na Assembleia Municipal, que foi uma organização política que nunca se calou na defesa das questões dos bombeiros voluntários, ao contrário de membros do Partido Socialista, que contribuíram em muito para o desastre em que a autarquia se encontra. Mais referiu que tanto o Partido Comunista Português e a Coligação Democrática Unitária, sempre defenderam que a estruturação dos bombeiros é da competência do governo central, não se podendo demitir das suas mais elementares responsabilidades, e se acontece o que acontece, nomeadamente na questão dos fogos, quando estão depauperados de meios humanos e meios materiais, vem das políticas do Partido Socialista e irá aguardar para ver, depois de concluídas e aceites estas transferências, se a autarquia irá alterar e reforçar o apoio aos bombeiros nestas questões, lamentando aceitar-se um documento, sem se saber o que se irá passar.-----

O Senhor José Sales referiu que tanto este Executivo, tal como o anterior, apoiaram bastante as questões dos bombeiros voluntários.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que, quer este, quer o anterior executivo, nunca se demitiram das suas responsabilidades perante os bombeiros voluntários, nem os depauperaram, indo continuar a agir da mesma maneira e sobre as competências nas praias, a Câmara Municipal da Nazaré sempre as executou, tendo-se agora chegado a acordo com a Tutela, para o ressarcimento das despesas efetuadas pela Câmara.-----

O Senhor Abílio Marques solicitou o fornecimento da documentação da certificação da empresa Nazaré Qualifica relativa ao estacionamento.-----

Deliberado, por maioria, aceitar a transferência de competências, com quinze votos a favor do

Partido Socialista, seis abstenções do Partido Social Democrata e três votos contra da Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda.-----

3. LEI-QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO DOMÍNIO DA AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DAS MODALIDADES AFINS DE JOGOS DE FORTUNA OU AZAR OU OUTRAS FORMAS DE JOGO – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, não aceitar a transferência de competências, com dezoito votos a favor do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda e seis abstenções do Partido Social Democrata.-----

4. LEI-QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO DOMÍNIO DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, não aceitar a transferência de competências, com dezoito votos a favor do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda e seis abstenções do Partido Social Democrata.-----

5. LEI-QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO DOMÍNIO DA JUSTIÇA – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, não aceitar a transferência de competências, com dezoito votos a favor do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda e seis abstenções do Partido Social Democrata.-----

6. LEI-QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO DOMÍNIO DO APOIO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS – (apreciação e votação)



Deliberado, por maioria, aceitar a transferência de competências, com quinze votos a favor do Partido Socialista, seis abstenções do Partido Social Democrata e três votos contra da Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda.-----

7. LEI-QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO DOMÍNIO DAS ESTRUTURAS DE APOIO AO CIDADÃO – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, não aceitar a transferência de competências, com dezoito votos a favor do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda e seis abstenções do Partido Social Democrata.-----

8. LEI-QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, não aceitar a transferência de competências, com dezoito votos a favor do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda e seis abstenções do Partido Social Democrata.-----

9. LEI-QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO DOMÍNIO DA GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO PÚBLICO SEM UTILIZAÇÃO – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, aceitar a transferência de competências, com quinze votos a favor do Partido Socialista, seis abstenções do Partido Social Democrata e três votos contra da Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda.-----

10. LEI-QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO DOMÍNIO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, aceitar a transferência de competências, com quinze votos a favor do Partido Socialista, seis abstenções do Partido Social Democrata e três votos contra da Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda.-----

O Senhor João Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota a favor a não aceitação pelo executivo municipal da Nazaré dos pontos 3,4,5,7 e 8, assim como vota contra a aceitação pelo executivo municipal da Nazaré dos pontos 2,6,9 e 10 da ordem de trabalhos, relativamente às transferências de competências do Estado para as autarquias, deixando registado para constar em acta o seguinte:-----

A CDU não poderá aceitar as transferências de competências para as autarquias locais, na sua globalidade, porque entendemos que esta matéria será especialmente gravosa para o poder local democrático, na medida em que, nos moldes em que está a ser feita, apenas significa, e significará, uma plena desresponsabilização do Estado Central em matérias que só podem ser da sua competência e para as quais as autarquias locais não estão devidamente munidas dos diversos meios necessários à sua prossecução.-----

A CDU entende, que a muito breve prazo, depois de assumidas certas competências por parte das autarquias que aceitarem esse caminho, como é o caso da Câmara Municipal da Nazaré, relativamente aos pontos 2,6,9 e 10 da ordem de trabalhos desta sessão, facilmente verificarão que, ao invés destas competências se traduzirem em receitas, porque parece ser essa a única orientação (excluindo a questão do apoio aos Bombeiros) e não o interesse global da gestão do que é público no seu todo indivisível, tudo isto se tornará um enorme peso e não uma oportunidade de servir melhor a causa pública.-----

A CDU, logo em Setembro de 2018 aqui alertou para os perigos de uma “pouco democrática” transferência de competências sem que esta matéria tenha sido precedida de um amplo debate, da devida reflexão e maturação do problema, da indispensável reorganização administrativa do



território para acompanhar devidamente um sério processo de transferência de competência e da inalienável certeza das verbas contempladas para cada dossier que se transfere.-----

A CDU receia, sinceramente, que esta seja mais uma armadilha e um ataque à capacidade operativa das autarquias locais, tal como verificámos aquando da extinção de freguesias por razões de eficiência na gestão autárquica. Nada disto se verificou. E o que sabemos é que as populações estão mais distantes e mais desprotegidas face às autarquias locais nas regiões onde este processo se concretizou. Agora, alguns dos que materializaram esse ataque ao poder local democrático, vêm com a retórica da proximidade para melhor fazerem passar este processo de transferência de competências que, em nossa análise, colocará muitas autarquias à beira do colapso, contrariamente ao que seria desejável – reforço de capacidade de acção, mais meios financeiros e humanos, mais e melhor estrutura para servir as populações.-----

Assim, a CDU solidariza-se com todas as autarquias locais que rejeitaram veementemente este processo de transferência de competências, percebendo tudo o que está em causa e a verdadeira questão de fundo, não correndo atrás dos resultados imediatos que estes processos possam eventualmente significar, mas, sobretudo, olhando o futuro equilibrado para todos e não apenas para alguns.”-----

A Senhora Telma Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Bloco de Esquerda vota contra os pontos 2, 6, 9, 10, 11, 12, 13 e 14.-----

O Bloco de Esquerda vota contra esta descentralização, por defender o princípio da subsidiariedade, ao abrigo do qual as competências estão alocadas ao órgão mais competente para as executar. A este princípio está subjacente a democraticidade e, como tal, que o órgão seja eleito por sufrágio universal e com escrutínio pelas populações.-----

Considera-se que esta descentralização, tal como se encontra configurada nos diversos diplomas legais já publicados, viola o próprio princípio constitucional da subsidiariedade agravando as

assimetrias regionais, uma vez que a municipalização de competências nestas matérias, que é o que aqui realmente está em causa, não pode comprometer a universalidade e igualdade no acesso da população aos serviços prestados, nas diversas áreas a transferir.-----

Este processo todo, vai promover uma total desresponsabilização do Estado em funções Sociais de âmbito universal como a Educação, Saúde e Cultura.-----

Outro problema desta descentralização prende-se com a falta de meios técnicos e de recursos humanos para o efeito.-----

Aceitando-se estas competências, as Câmaras têm de assumir as responsabilidades e execução dos diversos diplomas sectoriais, quando, na maior parte dos Municípios não existem recursos humanos para que tal seja possível, nem possibilidade ou orçamento para assegurar a contratação do mesmos. Com a agravante de não sabermos que valores vão ser transferidos.-----

Acresce ainda a possibilidade de as autarquias se justificarem com meios humanos insuficientes e recursos técnicos para assegurar estas novas competências e concessionarem estes serviços a entidades privadas ou empresas municipalizadas, que por falta de fiscalização, poderão promover a degradação do serviço prestado e o seu acesso pelo comum cidadão, o que é inaceitável.”-----

O Senhor Milton Estrelinha apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Partido Socialista sempre se debateu pela descentralização de competência da esfera do governo central para as autarquias, e este é um passo importante nesse sentido, para que a vida dos munícipes de cada concelho tenham a vida mais facilitada. Os deputados do Partido Socialista votam favoravelmente as Leis-quadro de transferências de competências dos pontos 2,6,9 e 10, na medida que o executivo municipal se encontra já em alguns casos preparado para o fazer, e noutros já os faz efetivamente, mesmo não sendo ainda competência municipal a execução dessa competência. No entanto nem tudo ainda está como queremos, e nesse sentido vai o nosso voto contra os pontos da Lei-quadro de transferências de competências 3,4,5,7, e 8, na medida que em certos casos o Município da Nazaré não tem capacidade de momento para receber estas



competências e noutros casos são questões de esclarecimento de competências que num futuro próximo poderemos aceitar. Sabendo nós que as responsabilidades que estão a ser transferidas para a autarquia da Nazaré implicam um aumento de responsabilidade por parte dos executivos municipais, também sabemos que a responsabilização de Estado Central terá de vir na medida necessária, do acréscimo de despesa para o município, que terá de ser efetivada com o envio do pacote financeiro necessário para o bom funcionamento das novas competências.”-----

Ausentou-se o Senhor Abílio Marques.-----

11. LEI-QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE – OESTECIM NO DOMÍNIO DA REDE DOS QUARTÉIS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS E DOS PROGRAMAS DE APOIO ÀS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS – (apreciação e votação)

O Senhor Presidente da Assembleia informou de que na reunião da Comissão Permanente, ficou acordado que os pontos 11, 12, 13 e 14 seriam discutidos num único grupo, sendo votados em separado.-----

O Senhor Joaquim Pequicho questionou sobre até que ponto a Assembleia Municipal terá que se pronunciar sobre transferências de competências para a Associação de Municípios CIMOESTE.--

A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira informou que se trata da obtenção de uma deliberação unânime de todos os municípios que integram a Associação, para que se possam efetivar as transferências, tendo lido excerto da Lei.-----

Mais referiu o Senhor Joaquim Pequicho que há constrangimentos que continuam a existir, discordando da tramitação do processo.-----

O Senhor João Delgado disse que seria de todo o interesse, que todos os que intervêm sobre estas questões, tivessem tido acesso a sessões de esclarecimento sobre esta matéria, de modo a poderem decidir, estando a tratar-se de uma situação muito importante para todo o país, tal

como já tinha alertado em setembro de 2018, devendo existir esclarecimento, para as pessoas poderem votar em consciência.-----

Deliberado, por maioria, aceitar a transferência de competências, com quinze votos a favor do Partido Socialista, cinco abstenções do Partido Social Democrata e três votos contra da Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda.-----

12. LEI-QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE – OESTECIM NO DOMÍNIO DOS PROJETOS FINANCIADOS POR FUNDOS EUROPEUS E PROGRAMAS DE CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTO – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, aceitar a transferência de competências, com quinze votos a favor do Partido Socialista, cinco abstenções do Partido Social Democrata e três votos contra da Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda.-----

13. LEI-QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE – OESTECIM NO DOMÍNIO DA JUSTIÇA – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, aceitar a transferência de competências, com quinze votos a favor do Partido Socialista, cinco abstenções do Partido Social Democrata e três votos contra da Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda.-----

14. LEI-QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE – OESTECIM NO DOMÍNIO DA PROMOÇÃO TURÍSTICA INTERNA SUB-REGIONAL, EM ARTICULAÇÃO COM AS ENTIDADES REGIONAIS DE TURISMO – (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, aceitar a transferência de competências, com quinze votos a favor do Partido Socialista, cinco abstenções do Partido Social Democrata e três votos contra da Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda.-----



O Senhor João Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

*O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota **contra**, os pontos 11,12,13 e 14 da ordem de trabalhos, deixando registado para constar em acta o seguinte:-----*

A CDU, não poderá aceitar as transferências de competências para a Comunidade Intermunicipal do Oeste na sua globalidade, porque entendemos que esta matéria apenas significa, e significará, uma plena desresponsabilização do Estado central em matérias que só podem ser da sua competência. -----

A CDU, não reconhece nas Comunidades Intermunicipais competências para substituir a administração central, parecendo as CIM estarem a posicionar-se como autênticos diretórios que tendem a determinar a linha de ação dos governos locais, esses sim com legitimidade para governar os seus concelhos, pois os seus órgãos executivos são eleitos diretamente pela população. -----

A CDU, logo em setembro de 2018, alertou para os perigos de uma “pouco democrática” transferência de competências sem que esta matéria tenha sido precedida de um amplo debate, da devida reflexão e maturação do problema, da indispensável reorganização administrativa do território para acompanhar devidamente um sério processo de transferência de competência e de tudo o mais que as deve acompanhar. -----

Assim, a CDU solidariza-se com todas as autarquias locais que rejeitaram veementemente este processo, compreendendo tudo o que está em causa e a verdadeira questão de fundo, percebendo claramente que o que está em causa é a manutenção da floresta e não apenas a sobrevivência da árvore!” -----

O Senhor Abílio Marques retomou o lugar.-----

15. TABELA DE TAXAS EM VIGOR NO MUNICÍPIO – ATUALIZAÇÃO – (apreciação e votação

O Senhor João Delgado tomou a palavra para tecer algumas considerações sobre este assunto, como seguidamente se transcreve:-----

“Sobre os preços e taxas municipais, que como sabemos é de obrigação legal existirem, a nossa preocupação com os aumentos acima do legalmente estabelecido, como era o caso do que se pretendia fazer, levava-nos a nunca aceitar nessas condições, como nunca o faremos, pois as decisões sobre a aplicação e gestão dos dinheiros públicos nesta autarquia, não vai ao encontro do que defendemos. Tal como nunca foi.-----

O dinheiro dos impostos e taxas pagos pelos munícipes nazarenos não pode ser gasto da maneira que tem sido gasto até aqui. -----

Por isso mesmo temos referido que as gestões de PSD e PS locais, são iguais. Em nada diferem, ainda que se tente fazer passar para a população o contrário. -----

Deixamos aqui uma das nossas muitas intervenções para demonstração do que afirmamos. -----

Excerto retirado da declaração de voto da CDU às contas de 2012. Dissemos: -----

“Podemos também referir, os tremendos valores encontrados dos pagamentos de serviços a entidades que dão assessoria ao executivo municipal nas suas inventivas. Referimo-nos a muitos milhões de euros, gastos ao longo dos anos, com pareceres e reformulações dos mesmos. A grande maioria, no entanto, ainda por pagar. -----

Registamos os últimos, conhecidos agora! Só para a elaboração do projecto do PAEL, encontramos o valor de 24.290€. Só para apoio ao júri do concurso, responsável pela trágica tentativa de concessão da nossa água, terão que ser pagos, por enquanto, 69.990 euros. -----

É assim meus senhores que a dívida vem crescendo. E não vemos nestas políticas e nestes políticos da nossa terra, forma de as quererem resolver sem ser à custa de aumentos brutais dos serviços públicos e das taxas suportadas pelos cidadãos, bem como da alienação do património público municipal e dos seus serviços essenciais.” -----



Isto aplica-se como uma luva ao actual governo municipal do PS, com propostas de aumentos acima dos valores conhecidos e sobre os gastos com assessorias e pagamentos a escritórios de advogados e a empresas que elaboram planos disto ou daquilo. -----

Lembramos a título de exemplo: Pagamento a escritório de advogados para elaboração do concurso do Zipline, 25.000 euros. Pagamento por aquisição de serviços, por ajuste directo, para mais um plano de mobilidade, 79.950 euros. Ou outro com a mesma empresa, também por ajuste directo, por 74.000 euros, etc. etc. -----

Além ainda do pagamento a entidades e empresas com quem se protocolam vários eventos desportivos por centenas de milhares de euros. E isto é o que sabemos, por ser público. -----

Por tudo isso, se encontrarem diferenças de actuação entre os executivos anteriores e actuais e os membros destes partidos, apontem-nas e informem-nos. -----

Vamos calmamente aguardando novos relatórios e decisões das autoridades competentes! -----

Não existindo mais inscrições, o assunto foi colocado à votação.-----

Deliberado, por maioria, aprovar, com dezassete votos a favor do Partido Socialista e Coligação Democrática Unitária, um voto contra do Bloco de Esquerda e seis abstenções do Partido Social Democrata.-----

O Senhor João Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota a FAVOR, neste ponto 15 da ordem de trabalhos, deixando registado para constar em acta o seguinte:-----

A CDU, ainda que não tivesse concordado na plenitude com alguns dos valores das taxas e tarifas, apresentados na altura em que aqui esteve em discussão e apreciação, não deixou de votar favoravelmente o Regulamento e Tabela de Taxas. -----

Além de ser obrigatório por Lei, esse Regulamento é um instrumento de trabalho necessário para a prossecução dos objectivos de cobrança dos valores dos custos dos serviços prestados pela

autarquia, coisa que durante muitos anos não aconteceu convenientemente por aqui, contribuindo isso para o aumento da dívida conhecida e para o desinvestimento em infra-estruturas. -----

Quanto às actualizações anuais das tabelas de taxas, também elas são obrigatórias. -----

A CDU, apoiando-se nas informações prestadas pelos Serviços da Autarquia que acompanham a proposta, aceita o valor de actualização agora proposto. -----

A proposta aqui em apreciação apresenta o abaixamento de 0,3 pontos percentuais, relativamente à primeira proposta aqui apresentada pelo Executivo Municipal na sessão da Assembleia Municipal do passado dia 18 de Dezembro. -----

Isso vai ao encontro da proposta da CDU, quando pedimos que, observando os mesmos pressupostos, fosse revisto o valor apresentado para o mais baixo que fosse conhecido. -----

Isto mesmo é que é importante para a população do concelho.” -----

A Senhora Telma Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Bloco de Esquerda vota contra o Ponto 15, porque o FAM, Fundo de Apoio Municipal, representa a perda de autonomia financeira da própria Autarquia, pois irá estar dependente da permissão do PAM em qualquer investimento.-----

Representa a continuação das taxas máximas, o que implica um agravamento fiscal para a população do nosso Concelho. Representa medidas de contenção de pessoal, o que irá afetar também a dignidade e bom funcionamento dos serviços públicos.-----

Esta dívida intolerável deveria ter sido renegociada, para que as pessoas do concelho da Nazaré, principalmente a camada mais frágil, não sofressem as consequências de vinte anos de uma gestão completamente irresponsável do executivo PSD.”-----

16. RELATÓRIO N.º 17/2018 – VERIFICAÇÃO INTERNA DE CONTAS AO MUNICÍPIO DA NAZARÉ E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ – GERÊNCIA DE 2009 – (conhecimento)



O Senhor João Delgado leu algumas citações escritas que constam do Relatório, cujo conteúdo está em desfavor às posições assumidas pela Câmara, tendo efetuado a seguinte intervenção:-----

“Tal como sempre afirmámos e aqui reafirmamos nesta declaração para a acta: haveria um dia em que as entidades fiscalizadoras colocariam um ponto final na forma incorrecta e irresponsável como tem sido gerida esta autarquia ao longo dos anos, pelo PSD e pelo PS locais.-----

As inúmeras falhas e irregularidades detectadas e apontadas nas contas de 2009 da Câmara e Serviços Municipalizados da Nazaré, e agora, finalmente, rejeitadas pelo Tribunal de Contas, vão ao encontro das imensas chamadas de atenção da CDU da Nazaré escritas em todas as declarações de votos às contas, que sempre rejeitámos, ao longo de todos estes anos. Sim. Desde pelo menos 2009 e consultando os registos das actas das sessões da AMN se pode confirmar, a CDU sempre referiu todos os pontos agora focados pelo Tribunal de Contas.-----

É pois por essa razão, que sentimos finalmente, que tudo o que dissemos e fizemos foi feito em defesa do interesse da população e só por ela.-----

A CDU, baseando-se neste primeiro relatório às contas da autarquia agora conhecido, responsabiliza total e completamente todos os eleitos do PPD/PSD, do PS e dos ditos Grupos Independentes, com lugar nos Executivos Municipais de, e desde 2009 e até à actualidade, pelos graves vícios praticados e apontados pelo Tribunal de Contas e dos quais resulta o acumular da enorme dívida financeira actual.-----

Este relatório, referente à gestão e contas de 2009 e só agora conhecido, demonstra também a falta de capacidade do Estado e dos Tribunais em resolver atempadamente e de forma eficaz estas questões. Se assim não fosse as coisas não estariam como estão.-----

Tão importante para o desenvolvimento das sociedades, a aplicação da justiça deve acontecer da maneira mais célere possível. Se tal tivesse acontecido, não teríamos, com certeza, que esperar

por estas decisões cerca de nove anos. Nem haveria motivo ou possibilidade para se deixar que os mesmos erros fossem cometidos pelos Executivos Municipais durante os nove anos seguintes.-----

Sim. Porque é disso que se trata. Os erros detectados neste relatório são os mesmos que o Tribunal de Contas indica ser urgente corrigir e resolver agora, dando até prazos para tal.-----

Reafirmamos o que sempre temos registado nas nossas declarações de voto sobre as contas da Câmara e Serviços Municipalizados da Nazaré durante todos estes anos de governação PSD, com misturas de PS e Independentes, e do próprio PS actual.-----

Bastará a todos lerem as declarações de voto da CDU às contas do ano 2009 e seguintes.-----

Confirmamos, (nem que fosse necessário), as posições políticas certas do PCP/CDU da Nazaré durante todos estes anos. Sempre alertando em consciência as realidades do momento e sempre com frontalidade e determinação, na finalidade total e única da defesa do povo e dos trabalhadores do nosso concelho.-----

Foi isso que fizemos e é isso com que todos sabem que podem continuar a contar na nossa intervenção política.”-----

A Senhora Maria de Fátima Duarte disse que fez parte do Executivo Municipal e referiu que gostaria que o Partido Social Democrata tivesse saído da Câmara Municipal com uma dívida não tão grande, apesar de reconhecer que alguns dos erros que foram cometidos, foram em benefício do concelho, o que se deveu a grandes investimentos efetuados e a obra realizada, que poderia enumerar e lamentou que as desconformidades que o Tribunal de Contas apontou, continuem a acontecer no Município com este executivo.-----

O Senhor José Sales leu excertos do Relatório, referindo que era assim que éramos governados.—

O Senhor Presidente da Câmara disse que toda esta situação deverá ser regularizada passo a passo, lembrando que algumas das situações apontadas foram já resolvidas pelo atual executivo.-

Por último, o Senhor João Delgado referenciou que já não vale a pena insistir no ataque ao Partido Social democrata, pois já não estão aqui para resolver o problema, pois quem está aqui



para o resolver é o Partido Socialista e foi para isso que ganharam as eleições, com as promessas efetuadas à população, mas o facto é que o Tribunal de Contas regista é que o caminho anteriormente trilhado pelo partido social Democrata, continua a ser trilhado pelo Partido Socialista e daqui a uns anos iremos ser chamados pelo Tribunal de Contas para a auditorias ao atual mandato.-----

Também o Senhor Vereador Orlando Rodrigues se justificou relativamente ao Relatório apresentado, tendo apresentado a sua defesa.-----

O Senhor João Delgado lembrou que estas questões foram referenciadas e que nos nomes indicados no Relatório, não constam elementos da Coligação Democrática Unitária, porque se esta fosse Executivo, estas situações não ocorreriam.-----

O Senhor Joaquim Pequicho disse que quem é responsável, deve ser responsabilizado, não se devendo cometer erros em nome da Nazaré.-----

A Assembleia tomou conhecimento.-----

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2018 - LEI n.º8/2012, de 12 de FEVEREIRO – (conhecimento)

Não se registaram intervenções.-----

A Assembleia tomou conhecimento.-----

**17. DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES EM 31/12/2018
LEI n.º8/2012, de 12 de FEVEREIRO – (conhecimento)**

Não se registaram intervenções.-----

A Assembleia tomou conhecimento.-----

**18. DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2018 –
LEI n.º8/2012, de 12 de FEVEREIRO (conhecimento)**

Não se registaram intervenções.-----

A Assembleia tomou conhecimento.-----

**19. CUMPRIMENTO DO ARTIGO 18.º DA LEI n.º8/2012, de 12 de FEVEREIRO-
(conhecimento)**

Não se registaram intervenções.-----

A Assembleia tomou conhecimento.-----

**20. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIZAÇÃO DE PLATAFORMA ELETRÓNICA
DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA – (conhecimento)**

Não se registaram intervenções.-----

A Assembleia tomou conhecimento.-----

**21. PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS
PRECÁRIOS (PREVPAP) – (conhecimento)**

Não se registaram intervenções.-----

A Assembleia tomou conhecimento.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveu-se o Senhor António Manuel Caria dos Santos, para refutar o que fora dito relativamente à Coligação Democrática Unitária e efetuou a leitura de documento, como se transcreve:-----

“ Como cidadão, mas também como antigo membro da Assembleia Municipal da Nazaré (AMN), tenho que refutar de forma muito veemente o que foi dito relativamente a um elemento da CDU e às putativas dificuldades que esse criou aos Bombeiros da Nazaré na atribuição de uma viatura pela autarquia. Isso é falso!-----

Gostava e desejo ter acesso às provas que levam o senhor membro da AMN pelo Partido Socialista, Sr. Milton, a dizer o que disse. Julgo ter o direito de fazer essa exigência, na medida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

FL 00

em que eu era o líder de bancada da CDU no anterior mandato e entendo que a fala me foi por isso dirigida.-----

Quero informar ainda o senhor membro da AMN, com todo o respeito, que tenho mais anos de Bombeiro Voluntário do que ele tem de vida. E parei já há 16 anos. Só por isso, como tal, nunca podia tomar tal atitude. Nunca!-----

Lembro esta Assembleia Municipal, que em todas as nossas intervenções passadas em que falámos de Bombeiros foi sempre em sua defesa e em seu favor.-----

Lembro também a proposta para atribuição de nome de rua com o nome do falecido Comandante Senhor Manuel Águeda Tavares.-----

Lembro ainda a proposta de atribuição do valor da água consumida nas habitações de cada um dos Bombeiros Voluntários da Nazaré.-----

Lembro por fim alguns votos de pesar e de louvor que apresentámos em algumas outras sessões.-- Todas elas foram aprovadas nesta casa, mas nem todas elas postas em prática, ainda hoje, 9 (nove) anos depois.-----

Sei bem porque aconteceu a intervenção de acusação à CDU pelo senhor membro do Partido Socialista, senhor Milton, também ele um camarada Bombeiro Voluntário.-----

Essa sua reacção só acontece porque, porventura, teve conhecimento do processo-crime que decorre no Ministério Público e que foi lá colocado pela Comissão Nacional de Eleições, contra o candidato do Partido Socialista nas últimas eleições autárquicas.-----

Recomendo vivamente ao senhor membro da AMN, que quando o processo estiver terminado o leia, pois assim compreenderá, com certeza, o que agora não compreende, ou não lhe interessa compreender.-----

O processo em causa está em segredo de justiça. Mas se quiser, estou disponível para o esclarecer, até porque sei que se o fizer, isso dará aso a que lute agora o senhor membro da

